



Histórias e notícias para a comunidade brasileira
que vive ou quer viver em Portugal.

ENTREVISTA

Brasil está longe de crise fiscal e Portugal não pode depender do turismo, diz ex-FMI

Teresa Ter-Minassian, que participa de seminário nesta quinta-feira, em Lisboa, afirma que governos terão de encontrar um equilíbrio entre a prestação de serviços à população e a carga de impostos.

Vicente Nunes e Jair Rattner

1 de Outubro de 2025, 20:39



**O truque do travesseiro que qu
ninguém usa contra a apneia d
sono**
Derila Ergo



A economista Teresa Ter-Minassian não vê risco de crise fiscal no Brasil a curto prazo e recomenda a Portugal que diversifique a economia CLÁUDIO NOY

Os artigos da equipa do PÚBLICO Brasil são escritos na variante da língua portuguesa usada no Brasil.

Acesso gratuito: descarregue a aplicação PÚBLICO Brasil em [Android \(https://play.google.com/store/apps/details?id=pt.publico.brasil.android&hl=pt_PT&pli=1\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=pt.publico.brasil.android&hl=pt_PT&pli=1) ou [iOS \(https://apps.apple.com/br/app/p%C3%BAblico-brasil/id6503705356\)](https://apps.apple.com/br/app/p%C3%BAblico-brasil/id6503705356).

**Leia os
artigos
que
quiser,
até ao
fim.**



Com uma assinatura PÚBLICO tem acesso ilimitado a todos os conteúdos e cancela quando quiser.

Saiba mais (<https://www.publico.pt/assinaturas?trackingId=19c4c3a2d3e75e22628b026cbdd274137532b946041a904d61>)

Durante décadas ela foi chamada no Brasil de “a dama do FMI”. A economista Teresa Ter-Minassian foi responsável por fiscalizar as contas públicas do país, cliente frequente no balcão no Fundo Monetário Internacional, devido às sucessivas crises cambiais e aos calotes na dívida pública. Apesar do constante sorriso no rosto e da leveza no trato pessoal, era temida pelos governantes de plantão.

Teresa deixou o FMI e, de devedor da instituição, o Brasil hoje é credor internacional, com reservas cambiais superiores a US\$ 350 bilhões. Apesar dos avanços nos últimos anos, a economista, que está em Lisboa, onde participa, nesta quinta-feira (02/10), do *II Fórum O Futuro da Tributação*, acredita que o país governado por Luiz Inácio Lula da Silva ainda precisa passar por grandes reformas estruturais para ampliar a capacidade de crescimento sem pressionar a inflação.

Ela, porém, não vê qualquer sinal de crise fiscal iminente no Brasil, cuja dívida pública está roçando nos 80% do Produto Interno Bruto (PIB). “Não acho que o Brasil tenha risco de crise fiscal nos próximos tempos. O que me preocupa é o fato de os juros continuarem ocupando uma parcela muito grande do espaço fiscal. Isso limita as possibilidades de prestar mais serviços públicos. E, no Brasil, assim como em outros países, a população está envelhecendo, será necessário gastar mais no combate às alterações climáticas e há os efeitos de desastres naturais”, afirma.

- [Quer receber notícias do PÚBLICO Brasil pelo WhatsApp? Clique aqui.](https://www.whatsapp.com/channel/0029Vap3zGBJ93wcjE7iCg2e)
(<https://www.whatsapp.com/channel/0029Vap3zGBJ93wcjE7iCg2e>)

Para Teresa, cujo convite para estar na capital portuguesa partiu do Fórum de Integração Brasil Europa (FIBE), Portugal foi um dos países da União Europeia que mais avançaram do ponto de vista macroeconômico, mas tem pela frente vários desafios, como o de diversificar a economia, para não ficar tão dependente do turismo, e de integrar melhor os imigrantes (<https://www.publico.pt/2025/09/30/publico-brasil/noticia/governo-aliasa-chega-reduz-direitos-imigrantes-brasileiros-2149066>), fundamentais para compensar o rápido envelhecimento da população local.

Na avaliação da especialista, os governos, em geral, terão de encontrar caminhos para garantir o bem-estar da população sem pesar a mão nos impostos. Não será uma equação fácil e exigirá muita vontade política, sobretudo, porque as multinacionais têm grande facilidade para se movimentarem pelo mundo em busca de tributos menores e os super-ricos, de se abrigarem em paraísos fiscais. Veja, a seguir, os principais trechos da entrevista que Teresa Ter-Minassian concedeu ao PÚBLICO Brasil.

O sistema tributário mundial está em constante transformação. Quais são os desafios para os governos a fim de garantir que haja uma arrecadação suficiente e uma boa prestação de serviços públicos?

Nos países desenvolvidos, os governos têm alta dívida, como consequência, principalmente, da COVID-19 e dos impactos dos vários choques geopolíticos depois da pandemia, o que inclui a guerra na Ucrânia, por exemplo. As necessidades de gastos continuam altas, porque ainda há muito por fazer na área de combate às alterações climáticas e também há o envelhecimento da população, o que aumenta os gastos, principalmente, na área da saúde e das aposentadorias, e

soma-se a isso a necessidade de continuar programas sociais de alívio à pobreza, que, em alguns países, piorou com a inflação alta dos últimos anos. E não podemos esquecer o aumento dos gastos com defesa, consequência do aumento das tensões geopolíticas que os países enfrentam.

Todas essas pressões de aumento de gastos acabam por colocar desafios para a tributação, criando várias tendências na economia global. Primeiro, o aumento forte da mobilidade internacional do capital, com as empresas multinacionais escolhendo países com menor tributação para sua sede, de forma a reduzir a carga tributária. E, também, a mobilidade de capital dos mais ricos, que utilizam os paraísos fiscais para reduzir impostos.

As organizações internacionais têm tomado várias iniciativas para reduzir o impacto negativo do aumento da mobilidade internacional do capital sobre a tributação, com dois pilares. O primeiro é a recomendação de um imposto mínimo global para as empresas multinacionais. Depois, iniciativas para melhorar a transparência e a troca de informações entre administrações tributárias para evitar a evasão fiscal. Há evidências de que essas medidas têm começado a trazer resultados em termos de aumento de arrecadação fiscal, principalmente no Imposto de Renda de Pessoas Físicas, mas ainda há muito trabalho por fazer.

E, mais especificamente, quais as dificuldades na área da tributação?

A primeira é o impacto da revolução digital, diante das dificuldades para se tributar os serviços digitais transfronteiriços. Alguns países têm introduzido impostos sobre serviços digitais transfronteiriços, mas os Estados Unidos tomaram uma posição muito forte contra isso, porque afeta, principalmente, suas empresas de tecnologia. Não sei se será fácil chegar a um consenso sobre como melhorar e fortalecer a tributação dos serviços digitais.

O outro aspecto é a criação das criptomoedas, que permitem a anonimidade. Na verdade, muitos países já tributam os negócios com criptomoedas, normalmente, como propriedade, o que faz com que as transações sejam declaradas e paguem imposto de renda e imposto sobre ganhos de capital. Isso torna difícil a utilização delas como meio de pagamento, porque haverá os registros do valor de quando as criptomoedas foram adquiridas e de quando foram vendidas. O principal problema é que a tributação das criptomoedas depende, essencialmente, do cumprimento voluntário, no sentido de que as pessoas têm que declará-las.

Agora, alguns países, estão considerando utilizar as corretoras de criptomoedas como fonte de informação. Mas o problema é que isso pode incentivar que as pessoas não utilizem as corretoras e façam mais transações diretas. A dificuldade para a tributação das criptomoedas vem, principalmente, da natureza da anonimidade deste instrumento.

É mais importante tributar a renda do que o consumo?

Eu não digo que seja mais importante. A tributação do consumo é muito elevada no Brasil. Mesmo na Europa, muitos países têm taxas de IVA bastante elevadas, incluindo Portugal. Esses impostos são regressivos e há muita resistência a aumentos das taxas. Acho que é mais possível reduzir isenções e vários dos mecanismos de gasto fiscal. Esse é um aspecto de como se pode aumentar a

arrecadação. Outro seria a utilização dos impostos verdes, que, neste momento, do ponto de vista político, não são muito bem-vindos nos Estados Unidos. E, finalmente, para fortalecer as finanças nacionais, melhorar o rendimento dos tributos sobre a propriedade, principalmente a imobiliária.



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, optou por aumentar as tarifas aduaneiras para arrecadar mais NATHAN HOWARD/ REUTERS

Os Estados Unidos optaram por elevar as tarifas aduaneiras. Essas taxas podem ser um caminho para o aumento da arrecadação?

Eu não quero comentar as políticas dos Estados Unidos. Mas, como economista, não gosto muito das tarifas aduaneiras. Claramente, são impostos bastante fáceis de cobrar. Então, têm um impacto positivo sobre a arrecadação, mas também têm impactos negativos do ponto de vista macroeconômico, porque resultam em aumento dos preços, na medida que as tarifas são repassadas ao consumidor. Assim geram um impacto negativo sobre o consumo e também podem ter um impacto de mais longo prazo sobre a taxa de inflação. Por todas essas razões, eu acho que não é a melhor maneira de aumentar a arrecadação. Os Estados Unidos, hoje em dia, utilizam este mecanismo na esperança de que se crie mais emprego.

No Brasil, há um debate no Congresso sobre a taxa dos super-ricos para se dar isenção a quem ganha até R\$ 5 mil. É esse o caminho?

Do ponto de vista de equidade, é claro que é desejável tributar os mais ricos. Não quero comentar sobre se um nível de isenção da renda a quem recebe menos seja o apropriado. Eu teria que fazer uma análise específica sobre isso. Mas o problema é que os super-ricos têm muitas possibilidades

de evasão de impostos. E aumentar a taxa não necessariamente arrecada mais, porque os capitais podem fugir para paraísos fiscais ou utilizar mais instrumentos para fugir ao pagamento de impostos. Eu não teria tanta certeza de que vão arrecadar muito com esses impostos.

Há também o fato de que apenas Brasil e Estônia não taxam dividendos. Seria bom tributar os dividendos?

Praticamente todos os países tributam os dividendos. Isso também cria um incentivo para as empresas reinvestirem mais, utilizar mais capital em vez de se endividarem.

Os déficits públicos, especialmente nas economias mais desenvolvidas, continuam crescendo. Como evitar o descontrole e uma nova crise fiscal?

Nunca se sabe quando o nível de dívida pública se torna insustentável. Normalmente, o que os economistas recomendam é estabilizar o nível da dívida. Na verdade, hoje em dia, estamos com níveis de dívida muito elevados em muitos países. Elevados não somente em relação ao PIB, mas também em relação à arrecadação. Níveis elevados de dívidas não tinham muito impacto nos países desenvolvidos quando as taxas de juros reais estavam baixas. Mas, nos últimos anos, as taxas de juros reais têm crescido bastante. Eu não vejo, e muitos dos economistas compartilham desta visão, que os juros possam voltar a níveis próximos de zero. Então, a dinâmica da dívida pública requer que os países comecem a gerar superávits primários para estabilizá-la. É o caso também do Brasil.



Para a ex-diretora do FMI, o Brasil, hoje governado por Luiz Inácio Lula da Silva, deve avançar nas reformas estruturais para reduzir os gastos com juros da dívida pública ADRIANO MACHADO/ REUTERS

O debate fiscal está bem robusto no Brasil. Há risco de uma nova crise?

O Brasil tem algo positivo, que é pouca dívida externa. E não acho que o Brasil tenha risco de crise fiscal nos próximos tempos. O que me preocupa é o fato de os juros continuarem ocupando uma parcela muito grande do espaço fiscal. Isso limita as possibilidades de prestar mais serviços públicos. E também no Brasil, assim como em outros países, a população está envelhecendo, é necessário gastar no combate às alterações climáticas e há os efeitos de desastres naturais. Portanto, é preciso ter espaço fiscal para enfrentar choques que virão. Não sabemos quando, nem se será outra pandemia ou algum grande desastre natural, mas a história mostra que vai chegar.

É preciso aproveitar o fato de que, hoje em dia, os mercados ainda absorvem dívida pública sem problemas. As perspectivas futuras nesse sentido não são muito alentadoras. O Fundo Monetário Internacional, por exemplo, crê que seja difícil estabilizar o nível da dívida até o final desta década e considera que as projeções do governo brasileiro são um pouco otimistas. Na minha opinião, seria importante ter um compromisso do governo com uma trajetória descendente da dívida a médio prazo. Isso significa que se deve ajustar a trajetória desejada para dívida.

Quais os principais desafios macroeconômicos do Brasil?

Acho que o Brasil fez algumas reformas importantes. Sem dúvida, a reforma tributária é algo muito bom, terá impacto positivo no médio prazo sobre a taxa de crescimento potencial e simplifica muito o sistema de impostos. Vai levar tempo para os resultados aparecerem, mas é melhor que não fazer nada. Desde 1995, eu falava que seria necessário fazer a reforma do ICMS (imposto estadual). Antes tarde do que nunca. Mas ainda tem muito por fazer para aumentar a taxa de crescimento potencial do Brasil. É necessário mais reformas estruturais, agilizar o ambiente de negócios, reduzir a rigidez nas despesas públicas para adequar melhor a prestação dos serviços públicos às necessidades da população. E, também, melhorar a qualidade da educação para formar pessoas que são mais competitivas no mercado de trabalho, que está muito mais difícil com a emergência da inteligência artificial. Eu vejo os problemas do Brasil mais como de médio prazo, não vejo possibilidade ou probabilidade de crise. Mas vejo uma falta de potencial de enriquecimento. O Brasil está amarrado no atual patamar de crescimento, que não é mal, mas, também, não é bom.

Mas o Brasil tem crescido, em média, 3% ao ano.

Para um país emergente, é pouco. Nós sabemos muito bem que o problema no Brasil é político, é a falta de vontade de fazer reformas estruturais.

Portugal tem contado com os imigrantes para ampliar o crescimento econômico, que foi o segundo maior da União Europeia em 2024. Mas o país tem optado por políticas anti-imigração. Isso coloca em risco o crescimento?

Do ponto de vista econômico, não há nenhuma dúvida de que Portugal, como a maioria dos países europeus, precisa de imigração, porque a população está envelhecendo rapidamente. Eu sou partidária não de fronteiras completamente abertas, porque não se pode fazer isso, mas que haja possibilidade de migração legal para grupos e pessoas que têm qualificações necessárias para serem produtivos dentro do país. Os problemas, hoje, são as questões sociais e culturais, que limitam e influenciam a abertura da população a correntes migratórias. Também há o fato de que

muitos dos imigrantes não querem verdadeiramente aprender a língua, querem manter seus próprios costumes, o que torna mais difícil a integração e a aceitação por parte dos cidadãos do país.

Agora, no que concerne a Portugal, acho que o desempenho macroeconômico tem sido bastante bom (<https://www.publico.pt/2025/02/10/publico-brasil/noticia/imigrantes-fazem-economia-portugal-crescer-dobro-uniao-europeia-2024-2121657>). O país fez um grande ajuste fiscal. É importante que isso se mantenha, porque o nível da dívida é significativo, perto de 100% do PIB. O grande desafio do país é a transformação de sua estrutura econômica, que depende muito do turismo. É um país pequeno e não pode ser invadido completamente por turistas, pois também há um impacto sobre o preço das casas. Portugal ainda pode fazer muito para facilitar o ambiente de negócios e melhorar a estrutura de impostos, principalmente, os corporativos, que são demasiados elevados e têm uma base muito erodida. Mas, em geral, em comparação com muitos outros países europeus, Portugal progrediu bastante.

Esteve em Portugal durante a *troika*?

Não. Trabalhei com Portugal antes mesmo da entrada do país na União Europeia. O programa do FMI de 1983, 1984, resultado de uma crise macroeconômica externa, abriu verdadeiramente as portas para a entrada de Portugal na UE. Depois, acompanho sempre, porque tenho muitos amigos em Portugal, confio muito no país. O meu envolvimento acabou no final dos anos de 1970.

Como vê a nova ordem global, com o fortalecimento dos BRICS, o conflito comercial provocado pelos Estados Unidos e tantas guerras?

Acho que, desafortunadamente, a tendência nos próximos anos vai ser de fragmentação política e também econômica. Lamento, porque sou partidária do multilateralismo, seja econômico, seja político. Mas isso está mudando e vai continuar a mudar durante os próximos anos. Não sei até quando, ninguém sabe. Mas haverá mais blocos, com alianças que mudam ao longo do tempo, dependendo de acontecimentos políticos, geopolíticos, econômicos, entre outros.

Tem um cargo de responsabilidade em um ambiente que tradicionalmente é masculino. Que dificuldades enfrentou como mulher nesse caminho?

Tenho que dizer que fui muito afortunada de não ter tido obstáculos deste tipo na minha carreira. Acho que mereci o que eu consegui com muito trabalho, mas também sempre sem obstáculos devido à questão de gênero. Eu também tentei muito, dentro do próprio FMI, fomentar a igualdade de oportunidades. Como diretora de departamento, nunca favoreci mulheres, mas fiz com que elas tivessem as mesmas oportunidades que os homens. E, se eram melhores, avançavam mais. Creio na importância da igualdade de oportunidades.



Portugal, sob o comando de Luís Montenegro, tem pela frente, na avaliação da economista Teresa Ter Minassian, os desafios de diversificar a economia e de lidar com uma dívida pública de quase 100% do PIB NUNO FERREIRA SANTOS

App PÚBLICO Brasil

Uma app para os brasileiros que buscam informação.
Fique Ligado!



<https://apps.apple.com/pt/app/p%C3%BAblico-brasil/id6503705356>



https://play.google.com/store/apps/details?id=pt.publico.brasil.android&hl=pt_PT



Abrir portas onde se erguem muros

Siga-nos

- ✉ Newsletters
- 🔔 Alertas
- f Facebook
- ✕ X
- 📷 Instagram

Sobre

- Provedor do Leitor
- Ficha técnica
- Autores
- Contactos
- Estatuto editorial

[in](#) [Linkedin](#)

[▶](#) [Youtube](#)

[RSS](#)

[Livro de estilo](#)

[Publicidade](#)

[Ajuda](#)

Serviços

[Aplicações](#)

[Loja](#)

[Meteorologia](#)

[Imobiliário](#)

Assinaturas

[Edição impressa](#)

[Jogos](#)

[Newsletters exclusivas](#)

[Estante P](#)

[Opinião](#)

[Assinar](#)

Informação legal

[Principais fluxos financeiros](#)

[Estrutura accionista](#)

[Regulamento de Comunicação de Infracções](#)

[Política para a prevenção da corrupção e infracções conexas](#)

[Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção](#)

[Relatório de Avaliação Anual 2025 do PPR](#)

[Gerir cookies](#)

[Ajuda](#)

[Termos e condições](#)

[Política de privacidade](#)



EMAIL MARKETING POR



@ 2025 PÚBLICO Comunicação Social SA